



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680239 - SP (2021/0219621-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL RODRIGUES VELOSO - MG143786
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MESSIAS EMANUEL RAMOS HORVATY (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MESSIAS EMANUEL RAMOS HORVATY em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0003976-50.2021.8.26.0496).

O paciente cumpre pena de 6 anos e 8 meses de reclusão atualmente no regime fechado, em razão de condenação definitiva pela prática do crime de roubo majorado, e teve o pedido de livramento condicional indeferido por inadimplemento do requisito subjetivo (histórico prisional com o registro de falta disciplinar de natureza grave).

O impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado indeferiu o livramento condicional sem amparo em fundamentação idônea.

Alega que o paciente já cumpriu o lapso temporal exigido para a benesse e que não há elementos concretos no curso da execução que impeçam a concessão do benefício.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferido o livramento condicional ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente prova da alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão impugnada está devidamente fundamentada, conforme se extrai do seguinte excerto (fl. 138):

Além disso, o sentenciado registra histórico prisional indisciplinado e conturbado, com a prática de falta disciplinar de natureza grave (desobediência - fl. 76), demonstrando, assim, que não está apto ao retorno ao convívio social.

No mais, como bem observado pelo Ministério Público, “... no exame criminológico determinado, constatou-se que o sentenciado sugere pouco recurso pessoal para propor ações de melhora e aprimoramento, sugere personalidade com traços de imaturidade e dificuldade no controle racional de suas emoções.” (fl.04).

Nesse quadro, verifica-se que o agravado não cumpriu o requisito subjetivo para a concessão do livramento condicional.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente